



COORDENAÇÃO GERAL DA TRADUÇÃO:

Luiz Alberto Hanns

1915-1920

VOLUME II



OBRAS PSICOLÓGICAS DE

SIGMUND
Freud

1,50

Escritos sobre a
Psicologia do
Inconsciente

O Inconsciente (1915)

Suplemento Metapsicológico à Teoria dos
Sonhos (1917)

Luto e Melancolia (1917)

Além do Princípio de Prazer (1920)



O Inconsciente

1915

DAS UNBEWUSSTE

Edições alemãs:

- 1915 • *Int. Z. ärztl Psychoanal.*, 3 (4), 189-203 e (5), 257-69.
- 1918 • *S. K. S. N.*, 4, 294-338. (1922, 2ª ed.)
- 1924 • *G. S.*, 5, 480-519.
- 1924 • *Technik und Metapsychol.*, 202-41.
- 1931 • *Theoretische Schriften*, 98-140.
- 1946 • *G.W.*, 10, 264-303.

■ **Comentários editoriais da Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud**

A presente tradução inglesa, embora baseada na de 1925, foi amplamente reescrita.

Parece que este artigo levou menos de três semanas para ser escrito — de 4 a 23 de abril de 1915. Posteriormente, no mesmo ano, foi publicado no *Internationale Zeitschrift* em duas partes, a primeira contendo as Seções I-IV e a segunda, as Seções V-VII. Nas edições anteriores a 1924, o artigo não foi dividido em seções, mas o que agora constitui os títulos foi impresso como subtítulos na margem. A única exceção a isso é que a expressão “o ponto de vista tópico”, que agora faz parte do título da Seção II, se encontra originalmente na margem, no início do segundo parágrafo da seção, à altura das palavras “Mas passemos agora (...)” (p. 25). Algumas pequenas alterações também foram feitas no texto da edição de 1924.

Se a série “Artigos sobre Metapsicologia” talvez sejam os mais importantes de todos os escritos teóricos de Freud, não há dúvida alguma de que este ensaio sobre “O Inconsciente” constitui seu ponto culminante.

O conceito segundo o qual existem processos mentais inconscientes é, naturalmente, fundamental para a teoria psicanalítica. Freud nunca se cansou de insistir nos argumentos que o apóiam e de combater as objeções levantadas contra ele. Na realidade, até mesmo a última parte não concluída de seus escritos teóricos, o texto escrito por ele em 1938, a que deu o título, em inglês, de "Some Elementary Lessons in Psycho-Analysis" (1940*b*), constitui uma nova justificação desse conceito.

Contudo, deve-se esclarecer de imediato que o interesse de Freud por essa suposição jamais foi de natureza filosófica — embora, sem dúvida, problemas filosóficos se encontrassem inevitavelmente próximos. Seu interesse era antes *prático*. Ele achava que, sem fazer essa suposição, era incapaz de explicar ou mesmo de descrever a grande variedade de fenômenos com que se defrontava. Por outro lado, ao proceder assim, abriu o caminho para uma região imensamente fértil em novos conhecimentos.

Naquele período, e em seu ambiente mais próximo, não houve grande resistência a essa idéia. Seus professores diretos — Meynert, por exemplo —, na medida em que se interessavam pela psicologia, orientavam-se principalmente pelos conceitos de J. F. Herbart (1776-1841), e parece que um livro didático contendo os princípios herbartianos era usado na escola secundária freqüentada por Freud (Jones, 1953, pp. 409 e segs.). O reconhecimento da existência de processos mentais inconscientes desempenhou um papel essencial no sistema de Herbart. Apesar disso, Freud não adotou imediatamente essa hipótese nas primeiras fases de suas pesquisas psicopatológicas. É verdade que, desde o início, ele parece ter sentido a força do argumento a que dá tanta ênfase nas páginas iniciais do presente artigo — isto é, que a tentativa de restringir os fatos mentais aos que são conscientes e entremeá-los de fatos puramente físicos e neurais rompe "as continuidades psíquicas" e introduz lacunas ininteligíveis na cadeia de fenômenos observados. Havia, no entanto, duas formas pelas quais essa dificuldade poderia ser superada. Poderíamos desprezar os fatos físicos e adotar a hipótese de que as lacunas são preenchidas com eventos mentais inconscientes; ou poderíamos desprezar os fatos mentais conscientes e estruturar uma cadeia puramente física, ininterrupta, que abrangeria todos os eventos da observação. Para Freud, cuja carreira científica, no princípio, fora inteiramente voltada para a fisiologia, essa segunda possibilidade exerceu de início uma atração irresistível. Essa atração foi sem dúvida fortalecida pelos conceitos de Hughlings-Jackson, por cuja obra ele revelou admiração em sua monografia sobre as afasias (1891*b*). (Um trecho dessa monografia é reproduzido adiante, no Anexo B, p. 53.) Conseqüentemente, Freud começou por adotar o método neurológico de descrição dos fenômenos

psicopatológicos. Todos os seus escritos do período de Breuer baseiam-se confesadamente nesse método. Ele ficou intelectualmente fascinado pela possibilidade de construir uma "psicologia" a partir de ingredientes puramente neurológicos, tendo dedicado vários meses do ano de 1895 à realização dessa tarefa. Assim, a 27 de abril daquele ano (Freud, 1950*a*, Carta 23), escrevia ele a Fliess: "Estou tão profundamente mergulhado na 'Psicologia para Neurologistas', que ela me consome por inteiro, a ponto de me ver obrigado a interromper minhas atividades por excesso de trabalho. Jamais estive tão intensamente preocupado com alguma coisa. E será que isso redundará em alguma coisa? Espero que sim, mas a caminhada é árdua e lenta". Isso redundou em alguma coisa muitos meses depois — a obra incompleta que conhecemos como "Projeto para uma Psicologia", encaminhada a Fliess em setembro e outubro de 1895. Essa surpreendente produção visa a descrever e explicar toda a gama do comportamento humano, normal e patológico, por meio de uma manipulação complicada de duas entidades materiais — o neurônio e a "quantidade numa condição de fluxo", uma energia física ou química não especificada. A necessidade de postular quaisquer processos mentais inconscientes foi, dessa forma, inteiramente evitada: a cadeia de eventos físicos era ininterrupta e completa.

Sem dúvida, muitas razões contribuíram para que o "Projeto" jamais tenha sido concluído e para que toda a linha de raciocínio por trás dele fosse logo abandonada. O motivo principal, porém, foi que Freud, o neurologista, fora superado e deslocado por Freud, o psicólogo: tornara-se cada vez mais evidente que até mesmo o elaborado mecanismo dos sistemas de neurônios era canhestro e grosseiro demais para explicar as sutilezas que estavam sendo trazidas à luz pela "análise psicológica", sutilezas que só poderiam ser explicadas na linguagem dos processos mentais. De fato, vinha ocorrendo muito gradativamente um deslocamento do interesse de Freud. Por ocasião da publicação da monografia sobre as afasias, seu tratamento do caso de Frau Emmy von N. já datava de dois ou três anos, e sua anamnese fora escrita mais de um ano antes do "Projeto". É numa nota de rodapé a essa anamnese (*Edição Standard Brasileira*, vol. II, p. 120, IMAGO Editora, 1974) que se encontra publicado pela primeira vez o termo "o inconsciente"; e, embora a teoria ostensiva subjacente à participação de Freud nos *Estudos sobre a Histeria* (1895*d*) pudesse ser neurológica, a psicologia — e com ela a necessidade de pressupor processos mentais inconscientes — já se insinuava firmemente. Na realidade, toda a base da teoria de repressão na histeria e do método catártico de tratamento clamava inequivocamente por uma explanação psicológica, e só através dos mais penosos esforços ela foi explicada neurologicamente na Parte II do "Projeto". Alguns anos depois, em *A Interpretação dos Sonhos* (1900*a*), ocorrera

uma estranha transformação: não só o relato neurológico da psicologia desaparecera completamente, como também grande parte do que Freud escrevera no "Projeto" em termos de sistema nervoso se tornara agora válido, e muito mais inteligível, ao ser traduzido em termos mentais. Estabeleceu-se o inconsciente de uma vez por todas.

Porém, deve-se repetir que Freud não estabeleceu uma mera entidade metafísica. O que ele fez no Capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos* foi, por assim dizer, dotar a entidade metafísica de carne e sangue. Pela primeira vez, revelou o inconsciente tal como era, como funcionava, como diferia de outras partes da mente, e quais eram suas relações recíprocas com elas. No artigo que se segue, ele retoma essas descobertas, ampliando-as e aprofundando-as.

Numa fase anterior, todavia, tornara-se evidente que o termo "inconsciente" era ambíguo. Três anos antes, no artigo que escreveu em inglês para a Sociedade de Pesquisas Psíquicas (1912g), e que, sob muitos aspectos, é preliminar ao presente artigo, Freud investigara cuidadosamente essa ambigüidade e estabeleceu diferenças entre os empregos "descritivo", "dinâmico" e "sistemático" da palavra. Ele repete as distinções na Seção II deste artigo (pp. 24 e segs.), embora de forma ligeiramente diversa, tendo novamente voltado a elas no Capítulo I de *O Eu e o Id* (1923b) e, numa extensão ainda maior, na Conferência XXXI das *Novas Conferências Introdutórias* (1933a). A maneira desordenada pela qual o contraste entre "consciente" e "inconsciente" se ajusta às diferenças entre os vários sistemas da mente já é mencionada claramente adiante (p. 42); mas a posição em seu todo só ficou nítida quando, em *O Eu e o Id*, Freud introduziu um novo quadro estrutural do aparato psíquico. Apesar da atuação insatisfatória do critério "consciente ou inconsciente?", Freud sempre insistiu em dizer (como o faz também no presente artigo, e novamente em *O Eu e o Id* e nas *Novas Conferências Introdutórias*) que esse critério "é, em última instância, o nosso único farol nas trevas da psicologia profunda".*

Por estranho que pareça, foi Breuer, em sua contribuição teórica aos *Estudos*, o primeiro a fazer uma defesa das idéias inconscientes (*Edição Standard Brasileira*, vol. II, IMAGO Editora, 1974).

Palavras finais do Capítulo I de *O Eu e o Id*. Para os leitores de língua inglesa, deve-se observar que existe, ainda, outra ambigüidade em *unconscious* ("inconsciente") que quase não aparece em alemão. As palavras alemãs *bewusst* e *unbewusst* têm a forma gramatical de participios passados, e seu sentido usual é

* A possível influência do fisiologista Hering em Freud a esse respeito vem examinada adiante no Anexo A (p. 52).

algo como "conscientemente conhecido" e "não conscientemente conhecido". O inglês *conscious* ("consciente"), embora possa ser usado da mesma maneira, é também empregado, e talvez mais comumente, num sentido ativo: "ele estava consciente do som" e "ele jazia ali inconsciente". Os termos alemães muitas vezes não possuem esse significado ativo, sendo importante ter em mente que, em tudo o que se segue, "consciente" deve, em geral, ser compreendido num sentido passivo. Por outro lado, a palavra alemã *Bewusstsein* (aqui traduzida por "consciência"), tem um sentido ativo. Assim, Freud fala de um ato psíquico que se torna "um objeto da consciência"; mais uma vez, no último parágrafo da primeira seção do artigo (p. 24), ele se refere à percepção [dos processos mentais] por meio da consciência"; e, em geral, quando emprega expressões como "nossa consciência", está-se referindo à nossa consciência de alguma coisa. Quando deseja mencionar a consciência de um estado mental no sentido passivo, emprega o termo *Bewusstheit*, aqui traduzido por "o atributo de ser consciente", "o fato de ser consciente" ou simplesmente "ser consciente" onde o inglês *conscious* ("consciente"), como quase sempre nestes artigos, deve ser considerado no sentido passivo.

A experiência psicanalítica nos mostra que a essência do recalque¹ não reside em suspender ou aniquilar a idéia² [*Vorstellung*] que representa uma pulsão, mas em impedir que a idéia se torne consciente. Nesses casos, dizemos que a idéia está recalçada e se encontra em estado “inconsciente”. Contudo, temos fortes evidências de que mesmo permanecendo inconsciente a idéia recalçada é capaz de continuar a produzir efeitos sobre a psique e de que alguns dos seus efeitos acabam por alçar-se à consciência do sujeito. Embora tudo o que foi recalçado precise permanecer inconsciente, esclareçamos de antemão que o recalçado não abarca todo o inconsciente.³ Ou seja: o inconsciente tem maior abrangência que o recalçado, este é apenas uma parte do inconsciente.

E como poderíamos chegar a conhecer o inconsciente? Evidentemente, isso só é possível quando ele sofre uma transposição ou tradução para o consciente.⁴ Embora o trabalho psicanalítico nos proporcione diariamente a experiência de que tal tradução é possível, para que isso ocorra é preciso que o analisando supere resistências que ao rechaçarem do seu consciente determinados conteúdos os transformaram em material recalçado.

■ I

O que justifica afirmar a existência do inconsciente

Nosso direito de supor a existência de um psiquismo⁵ inconsciente e de trabalhar cientificamente com essa suposição tem sido contestado por muitos. Podemos responder que a suposição do inconsciente é *necessária e legítima* e que dispomos de numerosas *provas* de sua existência. Ela é necessária, porque os dados da consciência⁶ têm muitas lacunas. Tanto em pessoas sadias quanto em doentes ocorrem com frequência atos⁷ psíquicos que, para serem explicados, pressupõem a existência de outros atos para os quais, no entanto, a consciência não fornece evidências. E estamos nos referindo aqui não apenas aos atos falhos

T.1

T.2

T.3

T.4

T.5

T.6

T.7

T.8

e aos sonhos das pessoas sadias, mas a todos os chamados sintomas psíquicos e manifestações obsessivas⁸ nos doentes. Além disso, por meio da nossa experiência cotidiana mais pessoal, todos nós entramos em contato com idéias que nos ocorrem súbita e espontaneamente, e cuja origem desconhecemos, e também com produtos de pensamento cujo processo de elaboração nos permanece oculto. Todos esses atos conscientes permaneceriam incoerentes e incompreensíveis se insistíssemos na alegação de que só por intermédio da consciência podemos experimentar os atos psíquicos que ocorrem dentro de nós. Entretanto, se pudermos inferir a existência de atos inconscientes e interpolarmos entre esses atos conscientes os atos inconscientes, então tudo isso que antes parecia incompreensível adquirirá um novo ordenamento compreensível e demonstrável. Ora, tal ganho de sentido e coerência por si só justificaria que avançássemos além da experiência imediata. Mas, se, além disso, pudermos construir um procedimento — fundado na suposição de um inconsciente — capaz de influenciar eficazmente o curso dos processos conscientes, teremos então uma prova irrefutável da existência do inconsciente. Uma prova assim não só nos permitiria refutar o argumento de que tudo que ocorre na psique necessariamente é do conhecimento do nosso consciente, como também afirmar que essa exigência não passa de uma *pretensão insustentável e arrogante*.

Mas a suposição da existência de um estado psíquico inconsciente nos permitiria ir ainda mais longe e dizer que a cada momento a consciência só abarca um conteúdo psíquico pequeno, de modo que a maior parte daquilo que chamamos de conhecimento consciente se encontra necessariamente e por longos períodos em estado de latência, ou seja, num estado de inconsciência psíquica.⁹ Assim, se levarmos em conta as nossas lembranças em estado latente, a oposição à nossa hipótese da existência do inconsciente tornar-se-ia totalmente insustentável. Contudo, neste ponto sabemos que iremos nos deparar com a conhecida objeção de que essas lembranças latentes não podem mais ser qualificadas como psíquicas, e sim que correspondem a resíduos de processos somáticos, a partir dos quais poderá surgir novamente o psíquico. A esta objeção é fácil retrucar: a lembrança latente é, pelo contrário, um resquício indubitável de um processo psíquico. No entanto, mais importante do que vencer um argumento é nos darmos conta de que essa objeção se baseia em uma equivalência não explícita, mas estabelecida de antemão, entre o conceito de consciente e de psíquico. Essa equivalência é uma *petitio principii* — que nem sequer permite que se questione se todo o psíquico necessariamente tem de ser consciente — ou uma questão de convenção, de nomenclatura. Neste último caso, como toda convenção, ela seria obviamente irrefutável e restaria saber se ela se mostraria tão ade-

T.9

quada e útil a ponto de justificar sua adoção. Na realidade, estamos em condições de demonstrar que convencionar uma equivalência entre o psíquico e o consciente é algo totalmente sem sentido. Essa equivalência desfaz as continuidades psíquicas e lança-nos nas já conhecidas dificuldades insolúveis do paralelismo psicofísico.¹⁰ Tal equivalência também merece outra crítica: a de que superestima o papel da consciência sem apresentar argumentação consistente alguma. Por fim, cabe ainda dizer que ela nos forçaria a abandonar prematuramente o campo da pesquisa psicológica sem ser capaz de nos compensar com conhecimentos oriundos de outras áreas.

Penso que ficou claro que a questão sobre se devemos conceber os irrefutáveis estados latentes da vida psíquica como fenômenos psíquicos inconscientes ou como fenômenos físicos pode acabar no terreno da disputa terminológica. Portanto, para avançarmos nessa questão, é recomendável que nos concentremos naquilo que conhecemos com segurança acerca da natureza desses estados tão controversos. No que tange às suas características físicas, eles nos são totalmente inacessíveis; não há conceito fisiológico nem processo químico que nos possam dar a menor noção acerca de sua natureza. Por outro lado, do ponto de vista psíquico, sabemos com segurança que eles têm abundantes pontos de contato com os processos psíquicos conscientes. Também sabemos que, com certo empenho, esses estados latentes podem ser transformados em processos psíquicos conscientes ou até substituídos por eles. Além disso, esses estados latentes podem ser descritos com as mesmas categorias que utilizamos para nos referirmos aos atos psíquicos conscientes: podemos designá-los como idéias ou como representações [*Vorstellungen*], anseios [*Strebungen*],¹¹ resoluções e outros termos semelhantes. A respeito de alguns desses estados latentes, pode-se afirmar que a única coisa que os distingue dos estados conscientes é justamente a ausência de consciência. Portanto, não há por que não tratá-los como objetos de pesquisa psicológica e em estreita relação com os atos psíquicos conscientes.

Na realidade, a recusa obstinada daqueles que não querem enxergar um caráter psíquico nos atos psíquicos latentes deve-se ao fato de que a maioria dos fenômenos que examinamos não se tornou objeto de estudos fora do âmbito da psicanálise. Para desconsiderar a existência de atividades psíquicas inconscientes, é preciso desconhecer os fatos da patologia e tomar os atos falhos das pessoas normais por meros acasos, além, é claro, de se dar por satisfeito com o velho adágio de que “sonhos nada significam”;¹² enfim, é preciso passar ao largo de diversos dos enigmas da psicologia da consciência. Aliás, cabe acrescentar que já antes da época da psicanálise¹³ as experiências hipnóticas, em especial a sugestão pós-hipnótica,

SE.I

T.11

T.12

SE.I3

demonstraram de forma convincente a existência e o modo de ação do inconsciente psíquico.

Mas, além de necessária e demonstrável, a suposição da existência do inconsciente é também — como já havíamos afirmado — totalmente *legítima*, pois, como demonstraremos a seguir, ao postulá-la, estamos reproduzindo exatamente o modo como nossa psique opera e lida com essas questões. Para demonstrarmos este ponto, iniciemos por mencionar que a consciência transmite a cada um de nós tão-somente o conhecimento a respeito dos nossos próprios estados psíquicos. A dedução de que outras pessoas também possuem uma consciência só visa a tornar os comportamentos dos outros mais compreensíveis para nós, e chegamos a ela somente *per analogiam*, isto é, partindo das manifestações e ações que percebemos nos semelhantes. (Do ponto de vista psicológico, seria mais correto dizer que atribuímos automaticamente — e sem refletir — às outras pessoas a mesma constituição e a mesma consciência que percebemos em nós, e que essa identificação é de fato o pré-requisito para a nossa compreensão do outro.) Primitivamente, essa dedução — ou essa identificação — era inferida do Eu para as outras pessoas, animais, plantas, coisas inanimadas e para a totalidade do mundo. Contudo, ela era utilizável somente enquanto a semelhança com o Eu individual parecia ser muito grande, mas ao longo da história humana tal semelhança foi sendo considerada cada vez menos confiável à medida que se percebia que esses outros elementos se diferenciavam do próprio Eu. Atualmente, nossa capacidade crítica nos deixa inseguros até mesmo da existência de uma consciência nos animais; quanto às plantas não lhes atribuímos consciência alguma, e no que tange à crença em uma consciência das coisas inanimadas, nós a consideramos puro misticismo. Mas mesmo nos casos em que essa nossa tendência primitiva à identificação com o outro nos parece plausível, isto é, quando se trata de outro ser humano, é preciso lembrar que a suposição de uma consciência no outro se baseia num processo dedutivo e não compartilha a certeza imediata provida pela percepção interna que temos de nossa própria consciência.

Ora, o que a psicanálise reivindica é apenas que esse mesmo processo dedutivo seja aplicado também à própria pessoa. No entanto — ao contrário do que ocorre com nossa tendência a nos identificarmos com nossos semelhantes —, por natureza não estamos inclinados a aplicarmos a nós mesmos de forma automática esse procedimento reverso. Para procedermos dessa forma reversa, é preciso que tomemos todos aqueles atos e manifestações que percebemos em nós mesmos — mas que nos parecem inexplicáveis por não se correlacionarem com o que sabemos de nossa própria vida psíquica — e busquemos explicá-los de modo

análogo ao que faríamos se tais atos pertencessem a outra pessoa. Mas a experiência nos mostra que, quando se trata de outras pessoas, o ser humano sabe interpretar os atos latentes muito bem e consegue inseri-los perfeitamente no encadeamento do mundo psíquico alheio; quando se trata de si mesmo, o indivíduo resiste e nem sequer admite a existência psíquica desses atos. Portanto, neste ponto, a pesquisa, quando dirigida ao próprio funcionamento íntimo da pessoa, é desviada de seu rumo por um viés específico situado no próprio sujeito que o impede, assim, de vir a se compreender.

Em decorrência da dificuldade de admitirmos um inconsciente em nós mesmos, sempre que tentamos aplicar esse procedimento dedutivo a nós mesmos, provocamos uma oposição interna que não nos permite desvelar a existência do nosso próprio inconsciente. Ao contrário: é possível que nos leve à suposição aparentemente lógica de uma segunda consciência, que estaria amalgamada à consciência que já nos é conhecida. Entretanto, tal hipótese não se sustenta ante o senso crítico e merece diversas objeções. A primeira objeção é que uma suposta consciência da qual o próprio portador nada saberia ainda é de outra natureza do que uma consciência alheia e, portanto, não pode ser comparada àquela; ademais, não parece adequado discutir uma segunda consciência se ela nem sequer possui o caráter mais importante que a distinguiria, isto é, o caráter de se fazer presente à consciência. Além disso, alguém que resista à hipótese de que exista um conteúdo psíquico inconsciente não deveria dar-se por satisfeito em trocá-la pela hipótese de uma *consciência inconsciente*. A segunda objeção residiria no argumento de que a psicanálise nos mostrou que cada um dos processos psíquicos latentes que inferimos funciona com um alto grau de independência, como se não estivessem inter-relacionados e nada soubessem uns dos outros. Portanto, rejeitar a hipótese da existência de um inconsciente tornaria necessário supor não apenas uma segunda consciência em nós, mas também uma terceira, uma quarta, talvez uma série infinita de estados de consciência, que seriam desconhecidos por nós e entre si. A terceira objeção traria um argumento ainda mais forte. Refere-se ao fato de que a partir do exame psicanalítico sabemos que uma parte desses processos latentes possui características e peculiaridades que assumem as formas mais estranhas e até mesmo inacreditáveis que contrariam diretamente as propriedades da consciência por nós conhecidas. Assim, parece ser mais coerente desistirmos da hipótese de uma segunda consciência, pois o que se acabou por comprovar foi justamente a existência de atos psíquicos desprovidos de consciência. E aqui devemos ainda acrescentar que a tentativa de resistir à hipótese da existência do inconsciente utilizando o termo “subconsciente” também não teria sentido, pois o termo não seria adequado para designar nossa descoberta, nos induziria ao erro e

está incorreto.¹⁴ Tampouco evocar os conhecidos casos de “*double conscience*” (cisão da consciência) serviria de argumento contra a nossa concepção. Esses casos de cisão podem ser mais adequadamente descritos como casos em que houve uma cisão das atividades psíquicas em dois grupos, e a consciência volta-se alternadamente para um ou outro desses grupos.

Em rigor, do ponto de vista da psicanálise, não nos resta alternativa a não ser considerarmos todos os processos psíquicos em si como inconscientes. Podemos comparar a percepção que a consciência tem desses processos à percepção que os órgãos sensoriais têm do mundo exterior.¹⁵ Aliás, podemos utilizar essa comparação para explicar mais alguns aspectos da relação entre consciente e inconsciente. É verdade que a suposição psicanalítica da existência de uma atividade psíquica inconsciente pode nos parecer, por um lado, análoga a uma expansão do animismo primitivo — que nos espelha e por toda a parte multiplica cópias fiéis da nossa própria consciência —; porém, por outro lado, podemos considerá-la uma extensão análoga à retificação que Kant propôs para a percepção do mundo externo. Ou seja, assim como Kant nos alertou para que não nos esquecêssemos das contingências subjetivas de nossa percepção e para que não tomássemos nossa percepção como idêntica ao objeto percebido — objeto perceptível, embora de fato incognoscível —, também a psicanálise nos alerta para que não coloquemos a percepção da consciência no lugar do próprio objeto dessa percepção: o processo psíquico inconsciente. Tal como ocorre na dimensão do que é físico, também o psíquico não precisa de fato ser o que nos parece. Contudo, apesar da comparação acima, na psicanálise temos a vantagem de a retificação que propomos a respeito do funcionamento da percepção interna não oferecer dificuldades tão grandes quanto a da percepção externa. Além disso, é preciso dizer que no nosso caso o objeto interno é menos incognoscível do que os objetos do mundo exterior.

■ II

Os múltiplos sentidos do inconsciente e o ponto de vista tópico

Antes de prosseguirmos, ressaltemos um fato tão importante quanto dificultador: a inconsciência¹⁶ é apenas uma marca distintiva do psíquico, mas tal marca de modo algum é suficiente para uma adequada caracterização dos atos psíquicos. Existem atos psíquicos pertencentes a categorias muito diversas umas das

outras, mas que podem compartilhar a mesma característica de serem inconscientes. Por um lado, o inconsciente abrange atos meramente latentes, isto é, provisoriamente inconscientes, mas que de resto em nada se diferenciam dos conscientes, e, por outro, abrange também processos como, por exemplo, os processos recalçados, que, se fossem tornados conscientes, contrastariam de forma crassa com o restante dos processos conscientes. Certamente acabaríamos com todos os mal-entendidos se na descrição dos diferentes atos psíquicos de agora em diante desconsiderássemos o fato de serem conscientes ou inconscientes, classificando-os e correlacionando-os apenas de acordo com a relação que mantêm com as pulsões [*Triebe*]¹⁷ e as metas [*Ziele*],¹⁸ bem como de acordo com a sua composição, e levando em conta a sua pertinência aos diferentes sistemas psíquicos supra-ordenados. No entanto, por vários motivos isso é impraticável, não temos como escapar da ambigüidade, e teremos de utilizar os termos “consciente” e “inconsciente” ora no sentido descritivo, ora no sistêmico, com os significados de pertinência a determinados sistemas e de posse de certas características. Poderíamos, ainda, tentar evitar a confusão usando outros nomes arbitrariamente escolhidos para designar tais sistemas psíquicos, sem aludirmos à consciência [*Bewusstheit*]. Contudo, ainda assim teríamos de justificar em que se baseia a diferenciação dos sistemas, e aí seria difícil contornarmos a questão da consciência [*Bewusstheit*], uma vez que ela é de fato o ponto de partida de todas as nossas pesquisas.¹⁹ Para facilitarmos, talvez possamos propor, ao menos na escrita, o uso das abreviações *Cs* e *Ics*, de modo que, quando nos referimos ao sentido sistêmico, empregamos *Cs* para a consciência [*Bewusstsein*] e *Ics* para o inconsciente [*Unbewusstes*].²⁰

Mas passemos agora para definições positivas dos conceitos: a psicanálise afirma que um ato psíquico passa, em geral, por duas fases e que entre ambas há uma espécie de teste (*censura*). Na primeira fase, o ato psíquico se encontra em estado inconsciente e pertence ao sistema *Ics*; se no teste ele for rejeitado pela censura, a passagem para a segunda fase ser-lhe-á interdita;²¹ nesse caso, ele é designado na psicanálise como “recalçado” e terá de permanecer inconsciente. Mas, caso seja aprovado no teste, ele ingressa na segunda fase e passa a pertencer ao segundo sistema, que chamamos de sistema *Cs*. No entanto, a mera pertinência a esse sistema ainda não define de forma inequívoca a sua relação com a consciência. Esclarecendo: ele pode ainda não se encontrar em estado consciente, mas certamente ser capaz de tornar-se consciente,²² (de acordo com a expressão de J. Breuer),²³ isto é, sob certas condições ele agora pode tornar-se objeto da consciência sem ter de enfrentar maiores resistências. Levando em conta essa capacidade de vir a tornar-se consciente, também designamos o sistema *Cs* como “*pré-consciente*”. Entre-

tanto, se constatarmos que também o grau de censura determina a transformação ou não do pré-consciente em consciente, então precisaremos diferenciar com maior rigor o sistema *Pcs* do *Cs*. [Cf. p. 41.] Mas por ora deixemos esta questão de lado; basta retermos, neste momento, a noção de que o sistema *Pcs* compartilha as características do sistema *Cs* e que a censura severa cumpre a sua função na transição entre o *Ics* e o *Pcs* (ou *Cs*).

Ao aceitar esses (dois ou três) sistemas psíquicos, a psicanálise distanciou-se mais um passo da psicologia descritiva da consciência, formulando novas perguntas e agregando um novo conteúdo ao nosso acervo de conhecimentos. De fato, até então a psicanálise distinguia-se da psicologia principalmente pela concepção *dinâmica* dos processos psíquicos, mas com esses novos avanços a psicanálise agora também considera a *tópica* psíquica, e pretende ser capaz de indicar em que sistema ou entre que sistemas um ato psíquico qualquer está ocorrendo. Devido a esse anseio, a psicanálise também mereceu o nome de *psicologia profunda*.²⁴ Mais adiante mostraremos que ainda há outro importante ponto de vista que se acrescentará à perspectiva psicanalítica.²⁵

Se quisermos levar a questão da *tópica* dos atos psíquicos a sério, devemos voltar nosso interesse para uma relevante dúvida que se impõe. Quando um ato psíquico (e limitemo-nos aqui a atos como as idéias [*Vorstellungen*]) passa do sistema *Ics* para o sistema *Cs* (ou *Pcs*), devemos supor que essa transição implica uma nova fixação, isto é, um processo análogo a um novo segundo registro da referida idéia? Portanto, que também a nova inscrição estaria situada em numa nova localidade psíquica, que a partir de então passaria a existir em paralelo ao antigo registro inconsciente original?²⁶ Ou devemos supor que a transposição consiste em uma mudança de estado que se aplica ao mesmo material e no mesmo local? Essa questão pode parecer estranha, mas deve ser suscitada se quisermos ter uma concepção mais definida da *tópica* psíquica e da dimensão psíquica profunda. A questão é difícil, pois transcende o puramente psicológico e aborda as relações do aparato psíquico com a anatomia. Sabemos apenas em linhas muito gerais que tais relações existem. As pesquisas demonstram de modo inquestionável que a atividade psíquica está vinculada à função do cérebro, em um nível de proximidade maior do que a qualquer outro órgão. Mas as pesquisas científicas foram além — embora não saibamos até onde isso nos levará — e puderam estabelecer uma não-equivalência no papel das diversas partes do cérebro em sua relação especial com determinadas partes do corpo e com certas atividades psíquicas. No entanto, todas as tentativas de adivinhar a localização exata dos processos psíquicos, todos os esforços de pensar as idéias como estando arquivadas em células nervosas específicas e de conceber as excitações como transitando sobre determinadas fibras

SE.24

SE.25

SE.26

nervosas fracassaram redondamente.²⁷ Uma teoria que, por exemplo, reconhecesse no córtex a posição anatômica do sistema *Cs* — o da atividade psíquica consciente — e que quisesse transferir os processos inconscientes para as partes subcorticais do cérebro, certamente teria o mesmo destino frustrante.²⁸ Há aqui um hiato que no momento não temos como preencher, e que também não é tarefa da psicologia. Nossa *tópica* psíquica *por enquanto* nada tem a ver com a anatomia; ela se refere a regiões do aparato psíquico, onde quer que elas de fato possam estar localizadas no corpo, e não a localizações anatômicas.

Isto significa que, nesse aspecto, nosso trabalho é livre e que podemos proceder segundo as necessidades que forem se impondo. Contudo, é útil lembrar que, antes de tudo, nossas suposições têm apenas sentido figurado, são esquemas descritivos para que visualizemos melhor os processos. A primeira das duas possibilidades a que havíamos aludido, ou seja, que a fase *Cs* de uma idéia que surge na psique é um novo registro desta, situado em outro local, é, sem dúvida, a mais grosseira, mas também a mais cômoda. A segunda suposição, a de uma mera mudança *funcional* de estado, é de antemão a mais provável, embora menos plástica e mais difícil de manipular. A primeira suposição, que é *tópica*, implica uma separação *tópica* dos sistemas *Ics* e *Cs*, bem como a possibilidade de que uma idéia possa estar simultaneamente presente em dois lugares do aparato psíquico; e mais: que essa idéia, sem a inibição imposta pela censura, avance regularmente de uma posição para outra, eventualmente sem perder seu primeiro *locus* ou registro. Isso pode soar estranho, mas de fato apóia-se em experiências da prática psicanalítica.

Quando logramos desvelar uma idéia outrora recalçada pelo paciente e a comunicamos a ele, de início nada muda no estado psíquico dele. Nossa comunicação não levanta o recalque e não reverte suas conseqüências, como talvez esperássemos por termos tornado consciente uma idéia antes inconsciente. Pelo contrário, num primeiro momento, o que conseguimos é provocar uma nova rejeição da idéia recalçada. Mas agora o paciente tem efetivamente a mesma idéia sob duas formas em locais distintos de seu aparato psíquico; em primeiro lugar, ele tem a memória [*Erinnerung*]²⁹ consciente das marcas ou do rastro [*Spur*]³⁰ auditivo da idéia, o qual foi deixado pela comunicação que recebeu de nós; em segundo lugar, além disso, ele comprovadamente carrega dentro de si a lembrança inconsciente da vivência mantida em sua forma anterior original.³¹ Na realidade, o recalque não será levantado antes que tenha ocorrido a superação das resistências que impedem a idéia consciente de entrar em contato com os rastros [*Spur*] da memória [*Erinnerung*] inconsciente. Apenas quando essa marca se tornar consciente teremos obtido sucesso. Assim, em uma aproximação superficial, poderia parecer

T.29

SE

adequadamente comprovado que as idéias conscientes e inconscientes são registros diferentes e topicamente separados do mesmo conteúdo. No entanto, a suposta identidade da informação dada ao paciente com a lembrança recalçada é só aparente, pois ter apenas escutado algo ou tê-lo efetivamente vivenciado são duas coisas completamente diferentes do ponto de vista de sua natureza psicológica, embora tenham o mesmo conteúdo.

Portanto, no momento ainda não estamos em condições de decidir se a passagem do inconsciente ao consciente consiste em uma mudança tópica ou funcional. Talvez mais adiante encontremos fatores que possam ser determinantes para optarmos por uma das duas possibilidades. Talvez venhamos a perceber que as perguntas que formulamos até aqui foram insuficientes e que a distinção entre a idéia inconsciente e a consciente ainda deva ser redefinida de forma totalmente diferente.³²

SE.32

T.33

T.34

T.35

T.36